

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR MPF/PRPE n.º 15/2025

O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá da melhor forma a necessidade de intervenções na sede da Procuradoria da República no Município de Caruaru, entre outras necessidades de manutenção e melhorias do imóvel.

O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade, realizando o levantamento dos principais requisitos, sejam técnicos, legais ou de sustentabilidade, das condições do mercado, do quantitativo, das especificações do objeto e das especificidades contratuais, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

I – NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

1.1 - A Coordenadoria Administrativa da PRM-Caruaru solicitou uma série de melhorias na unidade, bem como o reparo das infiltrações de água pluvial nas salas do 1º pavimento. Em paralelo, a DISOT vistoriou o imóvel e prestou Assessoria Técnica de Segurança (ATS), pontuando as reformas necessárias para cumprir o Plano de Ação de Segurança. Além disso, para que a unidade consiga a renovação do Atestado de Regularidade pelo Corpo de Bombeiros, houve uma atualização do Projeto de Combate a Incêndio, e para cumprir as exigências desse projeto há também a necessidade de algumas intervenções no prédio.

1.2 - Sendo assim, a Divisão de Engenharia e Arquitetura (DEA) realizou vistoria na sede da PRM Caruaru e coletou as intervenções necessárias para atender às demandas da CODAM, DISOT e Corpo de Bombeiros, resultando nas seguintes ações de reforma:

- Readequação das instalações de Combate a Incêndio, incluindo reforma na escada interna;
- Modernização das Instalações de CFTV, conforme relatório de ATS;
- Ajustes nas escadas de acesso à cobertura, conforme relatório de ATS;
- Renovação da impermeabilização da coberta, para solucionar a infiltração de água;
- Renovação da pintura das paredes internas e externas e renovação da pintura dos corrimãos.
- Intervenções no auditório, esquadrias, instalações de gás etc.

1.3 - Diante do exposto, faz-se necessária a contratação de empresa especializada para realizar as intervenções acima mencionadas, almejando solucionar as necessidades inadiáveis de engenharia, ajudar em uma manutenção preventiva mais eficaz, evitando problemas futuros que podem gerar custos ainda maiores e interrupções nas atividades da Procuradoria. Por fim, demonstra o compromisso da PRPE com a segurança dos seus servidores e usuários, refletindo a responsabilidade da instituição em garantir um ambiente seguro e eficiente para a execução das atividades.

1.3 - O objeto desta contratação se enquadra no código **CATSER 833/22225**, do Catálogo Portal de Compras do Governo Federal (<https://www.gov.br/compras/pt-br/aceso-a-informacao/consulta-detalhada/planilha-catmat-catser>).

II - PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

2.1 - A referida contratação encontra-se no Plano de Contratações Anual da PRPE para o exercício de 2025, etiqueta nº PRPE-D0027/24 no Sistema de Gestão Administrativa (SGA), e está inserida no Planejamento Estratégico Institucional – PEI/MPF para os anos de 2024-2027, instituído por meio da Portaria PGR/MPF nº 843, de 18 de outubro de 2024, principalmente quanto ao atingimento dos seguintes objetivos:

- OE 4 - garantir processos eficientes com regras negociais disseminadas.
- OE 7 - incentivar ambiente de trabalho seguro, saudável e sustentável.

III – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.1 - Requisitos Funcionais:

3.1.1 - O serviço deverá ser executado de forma indireta, pelo regime de **EMPREITADA TOTAL POR PREÇO UNITÁRIO**, por empresa devidamente registrada no Conselho de Classe competente.

3.1.2 - Será necessário o documento de responsabilidade técnica (ART / RRT / TRT), no respectivo Conselho de Classe competente. Qualquer atraso na liberação da obra ocasionada pelo não registro dessa documentação será de responsabilidade da CONTRATADA.

3.1.3 - A CONTRATADA deverá providenciar, em até 10 (dez) dias úteis, o documento definitivo de Responsabilidade Técnica (ART/RRT/TRT), após a assinatura do contrato ou documento equivalente, e somente após a sua entrega será emitida a Ordem de Serviço e autorizado o início da execução do objeto.

3.1.4 - O serviço a ser executado deverá atender aos requisitos mínimos de qualidade, além de apresentar padrões condizentes com a legislação e a boa técnica, conforme as especificações contidas no termo de referência.

3.2 - Requisitos Legais

A presente contratação será regida pela Lei 14.133/2021.

A contratada deve atentar para os seguintes normativos:

- **Instrução Normativa nº 01/2010 - SLTI/MPOG**: dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional;
- **Lei nº 12.305/2010**: institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos;
- **Decreto Federal nº 10.936/2022**: regulamenta a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos;
- **Decreto nº 2.783, de 17/09/1998**: dispõe sobre proibição de aquisição de produtos ou equipamentos que contenham ou façam uso das Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio;
- **Resolução CONAMA nº 267, de 14/11/2000**: dispõe sobre a proibição no Brasil, da utilização das substâncias controladas especificadas nos Anexos A e B do Protocolo de Montreal sobre substâncias que destroem a Camada de Ozônio;
- **Instrução Normativa nº 05, de 26 de maio de 2017**: dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional;
- **Instrução Normativa SEGES/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022**: autorizada a aplicação da Instrução Normativa nº 5 de 26 de maio de 2017, no que couber, para a realização dos processos de licitação e de contratação direta de serviços de que dispõe a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021;
- **Instrução Normativa SEGES/ME nº 91, de 16 de dezembro de 2022**: estabelece regras para a definição do valor estimado para a contratação de obras e serviços de engenharia nos processos de licitação e de contratação direta, de que dispõe o § 2º do art. 23 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional;
- **Resolução CONFEA nº 1.137, de 31 de março de 2023**: dispõe sobre a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, o Acervo Técnico-Profissional e o Acervo Operacional, e dá outras providências;
- **Norma Regulamentadora nº 18 do Ministério do Trabalho**: estabelece diretrizes de ordem administrativa, de planejamento e de organização, que visam à implementação de medidas de controle e sistemas preventivos de segurança nos processos, nas condições e no meio ambiente de trabalho na indústria da construção;
- **Portaria PGR/MPF Nº 843, de 18 de outubro de 2024**: atualiza o Planejamento Estratégico do Ministério Público Federal para o período de 2024 a 2027.

3.3 - Requisitos da natureza continuada do serviço/fornecimento

Não se aplica

3.4 - Requisitos Temporais

3.4.1 - Prazo de execução da reforma: **150 (cento e cinquenta)** dias corridos, contados a partir da emissão da ordem de serviço e conforme Cronograma Físico-Financeiro constante do Projeto.

3.4.2 - O contrato terá vigência pelo período de **08 (oito) meses**, a partir da data de sua assinatura, na forma do artigo 105 da Lei n. 14.133/2021, o que não exclui as obrigações da CONTRATADA durante o prazo de garantia do objeto.

3.4.2.1 - O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento, conforme o artigo 111 da Lei n. 14.133/2021.

3.4.3 - Os serviços deverão ser realizados em dias úteis e horário comercial. Poderão ser definidos outros dias e horários, a serem acordados entre as PARTES, de maneira a garantir o prazo de execução do cronograma, porém o ônus trabalhista de horas extraordinárias dos funcionários é de exclusiva responsabilidade da Contratada.

3.5 - Requisitos de Segurança

3.5.1 - A Contratada deverá comunicar à PRPE e à PRM Caruaru, na(s) pessoa(s) do(s) fiscal(is) do contrato, os horários de execução dos serviços, mediante informação dos dados da empresa, de seu responsável, e dos demais funcionários, que deverão estar devidamente uniformizados e identificados, munidos de todo equipamento individual de segurança necessário.

3.5.2 - As proteções, sinalizações e fechamentos necessários à execução dos serviços ficarão a cargo da CONTRATADA, sendo responsável por qualquer prejuízo ou dano causado a pessoas ou ao patrimônio de terceiros, devendo os procedimentos e materiais - placas de sinalização, telas, plataformas de proteção, tapumes e galerias - estarem de acordo com a NR-18 - Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção (Norma Regulamentadora nº18 do Ministério do Trabalho).

3.5.3 - Os serviços deverão obedecer rigorosamente às normas NR-18 (Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção) e internacionais consagradas, na falta de detalhes ou omissões das normas da ABNT.

3.5.4 - Em relação à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) - Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, a CONTRATADA e a CONTRATANTE devem zelar pela proteção dos Dados Pessoais, comprometendo-se a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural; observando o dever de sigilo, quanto às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos de negócio; cumprindo obrigações referentes ao exercício dos direitos dos titulares previstos na LGPD e nas Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor e também, no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público, ANPD e Órgãos de controle administrativo em geral.

3.6 - Requisitos Técnicos

3.6.1 - A mobilização e desmobilização de equipe e materiais para a realização do objeto contratado será de responsabilidade da CONTRATADA, assim como o fornecimento de equipamentos, ferramentas, materiais, mão de obra, transporte e tudo que for necessário para a execução do serviço contratado.

3.6.2 - Os equipamentos deverão ser compatíveis com as instalações elétricas disponíveis nas dependências da CONTRATANTE e mantidos em perfeitas condições de funcionalidade, de modo a evitar acidentes e prejuízos às instalações físicas e/ou elétricas da CONTRATANTE. Deverão, ainda, ser de reduzido consumo de energia e possuir fiação elétrica segura e em tamanho suficiente para seu uso adequado.

3.6.3 - Deverá ser colocada uma placa de obra de acordo com modelo a ser fornecido pela Fiscalização.

3.7- Requisitos de Garantia e Manutenção

3.7.1 - O objeto da presente contratação terá garantia por sua solidez e segurança, pelo período mínimo de **05 (cinco) anos**, a contar do recebimento definitivo, prevalecendo a garantia oferecida pelo prestador ou por fabricante se o prazo for superior, dentro do qual a CONTRATADA deverá refazer qualquer serviço, ou substituir qualquer material fornecido, que esteja em desacordo com as especificações técnicas, sem ônus adicional para o CONTRATANTE.

3.8 - Requisitos de Garantia Contratual

3.8.1 - A CONTRATADA fornecerá à Procuradoria da República em Pernambuco, até **15 (quinze) dias** após a assinatura do contrato, garantia numa das modalidades previstas no art. 96 da Lei 14.133/21, no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato, autorizada a majoração desse percentual para até 10% (dez por cento), desde que justificada mediante análise da complexidade técnica e dos riscos envolvidos, de acordo com o art. 98 da Lei 14.133/21.

3.8.2 - O edital deverá fixar prazo mínimo de **1 (um) mês**, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato, para a prestação da garantia pelo contratado quando optar pela modalidade seguro-garantia.

3.8.3 - Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta (§5º, Art. 59 da Lei 14.133/2021).

3.8.4 - De acordo com o art. 102 da Lei 14.133/2021, na contratação de obras e serviços de engenharia, o edital poderá exigir a prestação da garantia na modalidade seguro-garantia e prever a obrigação de a seguradora, em caso de inadimplemento pelo contratado, assumir a execução e concluir o objeto do contrato, hipótese em que a lei prevê (*in verbis*):

"I - A seguradora deverá firmar o contrato, inclusive os aditivos, como interveniente anuente e poderá:

- a) ter livre acesso às instalações em que for executado o contrato principal;*
- b) acompanhar a execução do contrato principal;*
- c) ter acesso a auditoria técnica e contábil;*
- d) requerer esclarecimentos ao responsável técnico pela obra ou pelo fornecimento;*

II - a emissão de empenho em nome da seguradora, ou a quem ela indicar para a conclusão do contrato, será autorizada desde que demonstrada sua regularidade fiscal;

III - a seguradora poderá subcontratar a conclusão do contrato, total ou parcialmente.

Parágrafo único. Na hipótese de inadimplemento do contratado, serão observadas as seguintes disposições:

I - caso a seguradora execute e conclua o objeto do contrato, estará isenta da obrigação de pagar a importância segurada indicada na apólice;

II - caso a seguradora não assuma a execução do contrato, pagará a integralidade da importância segurada indicada na apólice."

3.9 - Requisitos de qualificação técnica

Apesar de a obra ser de pequeno porte, algumas atividades necessitam de expertise profissional no assunto e para tanto é imprescindível a comprovação de que tanto a empresa como o profissional responsável são habilitados a desenvolver os serviços destacados de forma satisfatória. Portanto, diante da situação descrita, faz-se necessária a apresentação de comprovação de capacidade técnica no seguinte formato:

3.9.1 - Certidão de registro no respectivo Conselho de Classe competente da CONTRATADA e de seu responsável competente.

3.9.2 - Capacidade Técnico-Operacional - comprovação pelo licitante, na data prevista para a entrega da proposta, de possuir capacidade técnica operacional para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características e quantidades com o objeto desta licitação, ou seja, **Certidão de Acervo Operacional - CAO**, emitida pelo respectivo Conselho de Classe competente, que comprove a anterior execução por parte da empresa de serviços, que reúna características e quantidade similares **às parcelas de maior relevância** (§1º, art. 67, II, da Lei n.º 14.133/21), quais sejam: **a) Central e alarme de incêndio; b) impermeabilização em manta asfáltica.**

3.9.3 - Alternativamente, para comprovar a capacidade Técnico-Operacional, o licitante poderá apresentar um ou mais atestado(s), expedido(s) por Pessoa Jurídica de direito público ou privado, que demonstre a anterior execução por parte da empresa de serviços que reúna características e quantidade similares **às parcelas de maior relevância** (§1º, art. 67, II, da Lei n.º 14.133/21), quais sejam: **a) Central e alarme de incêndio; b) impermeabilização em manta asfáltica.** Os atestados deverão ser acompanhados da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) e/ou Termo de Responsabilidade Técnica (TRT) e/ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT), devidamente registrada(o) no respectivo Conselho de Classe competente, do profissional que foi responsável pelos serviços.

3.9.4 - Capacidade Técnico-profissional - comprovação pelo licitante, na data prevista para a entrega da proposta, em possuir profissional contratado ou integrante de seu quadro permanente, devidamente habilitado pelo respectivo Conselho de Classe competente e detentor de responsabilidade técnica pela execução de obra ou serviço de características e quantidades

compatíveis ao objeto desta licitação, ou seja, **Certidão de Acervo Técnico do profissional - CAT**, emitida pelo respectivo Conselho de Classe competente, que comprove a anterior execução de serviços, que reúna características similares **às parcelas de maior relevância** (§1º, art. 67, I, da Lei n.º 14.133/21), quais sejam: **a) Central e alarme de incêndio; b) impermeabilização em manta asfáltica.**

3.9.4.1 – Os profissionais indicados pela empresa para fins da qualificação técnico-profissional poderão ser integrantes do seu quadro permanente ou não, desde que a licitante apresente um dos seguintes documentos: **(A)** apresentação da CTPS do profissional, ou outro documento trabalhista legalmente reconhecido, no caso de o profissional ser funcionário da empresa participante; ou **(B)** apresentação do contrato social e/ou ata de eleição da diretoria, no caso de o profissional pertencer ao quadro societário da empresa participante; ou **(C)** apresentação do contrato de prestação de serviços; ou **(D)** declaração de compromisso de vinculação contratual futura, caso o licitante se sagre vencedor do certame, quando o profissional não for integrante do quadro permanente do licitante, conforme modelo anexo.

3.9.5. Declaração, assinada pelo responsável técnico da empresa, de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

3.10 - Requisitos de qualificação econômica

Considerando que o objeto do presente Estudo tem orçamento de vulto considerável e na tentativa de assegurar a contratação de uma empresa sólida no mercado, faz-se necessária a exigência de indicadores de liquidez, que poderão ser comprovados nos documentos a seguir.

3.10.1 - Balanço patrimonial e demonstração de resultado de exercício, dos 2 (dois) últimos exercícios sociais (art. 69, I, Lei 14.133);

3.9.1.2 - Os documentos limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

3.10.2 - Patrimônio líquido mínimo equivalente a até 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação (art. 69, §4, Lei 14.133).

3.11 - Requisitos Sustentabilidade Econômica, Social e Ambiental (no que couber)

3.11.1 - PERSPECTIVA AMBIENTAL

3.11.1.1 - A CONTRATADA deverá atender, no que couber, aos critérios de sustentabilidade ambiental previstos na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01, de 19/01/2010, a fim de adotar as seguintes práticas sustentáveis no fornecimento dos bens e serviços, quando couber:

3.11.1.1.1 - Que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;

3.11.1.1.2 - Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

3.11.1.1.3 - Que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

3.11.1.2 - Além de observar o art. 6º da IN nº 01/2010, atendendo, no que couber, aos requisitos descritos no referido artigo, sugere-se inserir no termo de referência os seguintes requisitos de sustentabilidade ambiental, de acordo com o Guia de Contratações Sustentáveis do MPF, além de manuais mais atualizados de outros órgãos, adotados como boas práticas:

3.11.1.2.1 - A contratada deve obedecer às resoluções dos órgãos reguladores ambientais, bem como às normas técnicas da ABNT pertinentes à sua área de atuação.

3.11.1.2.2 - A contratada deve promover a adequação do canteiro de obras com o propósito de separar e preparar o material para um descarte adequado. Para isso, ela deve reconhecer a definição normativa de resíduos de obras ou

serviços de engenharia, objetivando a não geração de resíduos, a redução, a reutilização, a reciclagem, o tratamento dos resíduos sólidos e a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, em conformidade com os critérios técnicos do sistema de limpeza urbana local. Além disto, recomenda-se, no que couber, a implementação do reaproveitamento e reúso de água, resíduos e outros, visando à sustentabilidade e à redução de custos.

3.11.1.2.3 - O descarte dos resíduos e rejeitos provenientes da reforma deve estar previsto em um Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, se for o caso, ou documento similar, a ser apresentado pela Contratada, que informará os procedimentos necessários para a caracterização, triagem, acondicionamento, transporte e destinação em locais ambientalmente adequados, estabelecido pelo órgão competente municipal.

3.11.1.2.4 - Os resíduos não poderão ser dispostos em aterros de resíduos domiciliares, áreas de "bota fora", encostas, corpos d'água, lotes vagos e áreas protegidas por lei, bem como em áreas não licenciadas.

3.11.1.2.5 - De acordo com o Art. 45 da Lei 14.133/2021:

Art. 45. As licitações de obras e serviços de engenharia devem respeitar, especialmente, as normas relativas a:

I - disposição final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos gerados pelas obras contratadas;

II - mitigação por condicionantes e compensação ambiental, que serão definidas no procedimento de licenciamento ambiental;

III - utilização de produtos, de equipamentos e de serviços que, comprovadamente, favoreçam a redução do consumo de energia e de recursos naturais;

IV - avaliação de impacto de vizinhança, na forma da legislação urbanística;

V - proteção do patrimônio histórico, cultural, arqueológico e imaterial, inclusive por meio da avaliação do impacto direto ou indireto causado pelas obras contratadas;

VI - acessibilidade para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.

3.11.2 - PERSPECTIVA ECONÔMICA

Em razão dos valores estimados previstos para esta contratação (subitem 6.5), não será utilizado o regramento contido no art. 48, inc. I, da Lei Complementar nº 123/2006, a respeito da participação exclusiva das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte nos processos licitatórios destinados à participação de microempresas e empresas de pequeno porte para contratações de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) ao ano. Além disto, a reserva de cota de 25%, da qual trata o art. 48, inciso III, da mesma lei, não é vantajosa para a Administração, uma vez que restringe a eficiência e segurança da gestão contratual, além da perda da economia de escala, conforme o subitem 8.5. Por outro lado, será assegurada a preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, pelo critério de desempate, na forma dos art. 44 e 45 da lei 123/2006.

3.11.3 - PERSPECTIVA SOCIAL

3.10.3.1 - Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis do MPF. O fornecedor deverá declarar:

a) Não ter sido condenada, a empresa ou seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação, em todas as suas formas, por motivos de raça, gênero e outros, conforme dispõe a CF/1988 em seu artigo 3º, inciso IV e no inciso I do artigo 5º, e nos artigos 38 e 39 da Lei 12.288/2010;

b) Não empregar menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregar menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, inciso XXXIII, da CF/1988;

c) Não praticar, de nenhuma forma, ações que possam ser enquadradas nos arts. 1º e 170 da Constituição Federal, nos arts. 149, 203 e 207 do Código Penal (dispositivos que tratam do trabalho análogo ao de escravo e tráfico de pessoas para esse fim), e no Decreto nº 5.017/2004, que promulga o Protocolo de Palermo e as Convenções da OIT nºs 29 e 105.

3.11.4 - Além das demais obrigações estabelecidas no Edital, seus anexos e no presente Termo, deverá a contratada atender aos seguintes aspectos pertinentes à sustentabilidade:

- a)** Fornecer aos empregados todos os equipamentos de segurança e proteção que se fizerem necessários para a execução de serviços, fiscalizando sua utilização;
- b)** Seguir as normas técnicas de saúde, higiene e de segurança do trabalho, de acordo com as normas do MTE;
- c)** Proceder ao recolhimento de todos os resíduos descartados, promovendo sua destinação final ambientalmente adequada, de acordo com a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, o Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006, e a política de descarte da contratante;
- d)** Adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada e de energia elétrica, observadas as normas vigentes e a política socioambiental do MPF;
- e)** Observar a Resolução Conama nº 401/2008, para a aquisição e descartes de pilhas e baterias para serem utilizadas nos equipamentos, bens e materiais de sua responsabilidade, respeitando os limites de metais pesados, como chumbo, cádmio e mercúrio;
- f)** Privilegiar a utilização de mão de obra, tecnologias, matéria prima e materiais de origem local

3.12 - Outros requisitos aplicáveis

3.12.1 - Em conformidade com o art. 63, § 2º, o edital de licitação poderá prever, sob pena de inabilitação, a necessidade de o licitante atestar que conhece o local e as condições de realização da obra ou serviço, assegurando a ele o direito de realização de vistoria prévia.

3.12.2 - O edital de licitação deverá prever a possibilidade de substituição da vistoria por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

3.12.3 - Se os licitantes optarem por realizar vistoria prévia, a Administração deverá disponibilizar data e horário diferentes para os eventuais interessados.

3.12.4 - A CONTRATADA deverá manter preposto junto à CONTRATANTE, aceito pela respectiva Fiscalização, durante o período de vigência do contrato, para representá-la administrativamente na execução do contrato, sempre que for necessário, o qual deverá ser indicado mediante comunicação formal.

IV – ESTIMATIVA DA QUANTIDADE

4.1 - A estimativa das quantidades dos serviços será elaborada tomando-se como base os dados coletados na vistoria técnica da DEA e em outras demandas solicitadas pela DISOT e Coordenadoria Administrativa da PRPE.

4.2 - Todos os quantitativos dos serviços estarão discriminados nas planilhas que integram o Orçamento Estimativo, quais sejam:

- a. Planilha Sintética;
- b. Planilha Analítica (Composições de Custos Unitários);
- c. Detalhamento do BDI (Benefícios e Despesas Indiretas);
- d. Cronograma Físico-Financeiro;

V – LEVANTAMENTO DE MERCADO

5.1. Os serviços que compõem a solução enquadram-se como serviços comuns de engenharia, pois permitem padronização em termos de desempenho e qualidade, sendo de amplo conhecimento das empresas de engenharia e arquitetura disponíveis no mercado. Dessa forma, verificou-se, de forma preliminar, a competitividade para o objeto da futura licitação.

5.2 - Descrição e Justificativa da Solução escolhida:

5.2.1. Uma vez que o objeto a ser contratado se caracteriza como serviço comum de engenharia, e podemos constatar a atuação de várias empresas atuando neste mercado, **os serviços deverão ser executados de forma indireta**, por empresa especializada, sem dedicação exclusiva de mão de obra, sob o **regime de empreitada total por preço unitário**.

5.2.2. A transferência da execução dos serviços para uma empresa especializada aumenta a capacidade da Administração de gerenciar essa execução com foco na eficiência e na garantia de qualidade, sobretudo considerando que a PR-PE não possui em seu quadro de pessoal mão de obra suficientemente habilitada e capacitada para tanto.

VI – ESTIMATIVA DO PREÇO

6.1 - Para formação do preço de referência será adotado como preço referencial, em sua maioria, as tabelas do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – SINAPI, para Pernambuco/PE, no mês de referência de fevereiro de 2025, conforme art. 23, § 2º, inciso I, da Lei 14.133/2021:

"Art. 23. O valor previamente estimado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto.

(...)

§ 2º No processo licitatório para contratação de obras e serviços de engenharia, conforme regulamento, o valor estimado, acrescido do percentual de Benefícios e Despesas Indiretas (BDI) de referência e dos Encargos Sociais (ES) cabíveis, será definido por meio da utilização de parâmetros na seguinte ordem:

I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente do Sistema de Custos Referenciais de Obras (Sicro), para serviços e obras de infraestrutura de transportes, ou do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices de Construção Civil (Sinapi), para as demais obras e serviços de engenharia;"

6.2 - A formação do preço de referência deve observar o Decreto nº 7.983/2013, em conformidade com a Instrução Normativa SEGES/ME nº 91, de 16 de dezembro de 2022, que estabelece regras e critérios para elaboração do orçamento de referência de obras e serviços de engenharia, contratados e executados com recursos dos orçamentos da União.

6.3 - Para itens e insumos insuficientes ou ausentes no SINAPI, a pesquisa foi complementada com dados da ORSE (Orçamento de Obras de Sergipe), no mês de referência de janeiro/2025.

6.4 - Os serviços pesquisados estão de acordo com as especificações e requisitos da contratação.

6.5 - O valor global estimado para a contratação dos serviços propostos é de **R\$ 463.000,00** (quatrocentos e sessenta e três mil reais).

VII – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

7.1 - Os principais elementos que devem ser executados para que a contratação produza os resultados pretendidos são:

7.1.1 - Readequação das instalações de Combate a Incêndio, incluindo reforma na escada interna;

7.1.2 - Modernização das Instalações de CFTV, conforme relatório de ATS;

7.1.3 - Ajustes nas escadas de acesso à cobertura, conforme relatório de ATS;

7.1.4 - Renovação da impermeabilização da coberta, para solucionar infiltração de água;

7.1.5 - Renovação da pintura das paredes internas/externas e dos corrimãos.

7.1.6 - Intervenções no auditório, esquadrias, instalações de gás, etc.

7.2 - Serviços que compõem a solução:

As rotinas e detalhes dos serviços objeto da contratação constarão no Termo de Referência.

VIII – FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1 - Para a contratação em tela foram analisados processos similares feitos por outros órgãos e entidades, por meio de pesquisa no âmbito de pregões e contratações públicas através do site <https://www.comprasgovernamentais.gov.br/> e do Sistema de Gestão Administrativa no âmbito do Ministério Público Federal, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias e procedimentos que melhor atendam às necessidades da Administração.

8.2 - Em quase todos os processos pesquisados, a solução utilizada foi a contratação de empresa para

execução de serviços comuns de engenharia, sob a forma de execução indireta e por empreitada total por preço unitário. Diante dessa temática, a solução a ser adotada pela unidade ministerial é aderente às encontradas, qual seja, contratação de uma empresa adequadamente autorizada a realizar serviços de reforma.

8.3 - Durante a fase de pesquisa de preços junto à Administração Pública, observou-se que a modalidade de licitação utilizada é o Pregão Eletrônico, que tem como tipo o menor preço, por se tratar de objeto comum em que as especificações e padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos, conforme se depreende da leitura da alínea "a" do inciso XXI do caput do art. 6º da Lei 14.133/2021, conjugada com o artigo 29, parágrafo único, da mesma lei:

"Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:

[...]

XXI - serviço de engenharia: toda atividade ou conjunto de atividades destinadas a obter determinada utilidade, intelectual ou material, de interesse para a Administração e que, não enquadradas no conceito de obra a que se refere o inciso XII do caput deste artigo, são estabelecidas, por força de lei, como privativas das profissões de arquiteto e engenheiro ou de técnicos especializados, que compreendem:

a) serviço comum de engenharia: todo serviço de engenharia que tem por objeto ações, objetivamente padronizáveis em termos de desempenho e qualidade, de manutenção, de adequação e de adaptação de bens móveis e imóveis, com preservação das características originais dos bens; "

"Art. 29. A concorrência e o pregão seguem o rito procedimental comum a que se refere o art. 17 desta Lei, adotando-se o pregão sempre que o objeto possuir padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

Parágrafo único. O pregão não se aplica às contratações de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual e de obras e serviços de engenharia, exceto os serviços de engenharia de que trata a alínea "a" do inciso XXI do caput do art. 6º desta Lei."

8.4 - Para análise do tratamento diferenciado ou não da licitação para microempresas e/ou empresas de pequeno porte, a administração deve fazer a leitura e análise conjugada dos artigos 46, 47 e 48 da Lei Complementar nº 123/06, conforme segue:

- **Deverá realizar** processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) (LC 123/06, Art 48, I);
- **Deverá estabelecer**, em certames para aquisição de bens de natureza divisível, cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte (LC 123/06, Art 48, III);
- Não se aplica o tratamento diferenciado a microempresas e empresas de pequeno porte quando:
 - não houver um mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório;
 - o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado;
 - a licitação for dispensável ou inexigível, nos termos dos arts. 24 e 25 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, excetuando-se as dispensas tratadas pelos incisos I e II do art. 24 da mesma Lei, nas quais a compra deverá ser feita preferencialmente de microempresas e empresas de pequeno porte, aplicando-se o disposto no inciso I do art. 48.

8.5 - Considerando que o valor estimado da presente contratação se encontra acima de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), bem como que a reserva de cota de 25% não é vantajosa para a Administração, uma vez que restringe a eficiência e segurança da gestão contratual, além da perda da economia de escala, a presente licitação **NÃO** será exclusiva, **NEM** será estabelecida cota para ME/EPP.

8.6 - Assim, a solução passa pela contratação de empresa, através da **modalidade "Pregão Eletrônico para ampla concorrência"**, para o serviço de reforma da sede da PRM Caruaru.

8.7 - O modo de disputa escolhido, para ser utilizado no Pregão Eletrônico, será o **"aberto/fechado"**, devido à experiência de sucesso nas licitações realizadas pela PRPE.

IX – JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

9.1 - A contratação em tela visa a contratação de serviços de engenharia compostos por diversos itens para atender à solução da PRPE. Acerca do princípio do parcelamento da contratação, podemos verificar que a Lei 14.133/2021 foi clara em determinar que este deve ser atendido para as compras (art. 40, inciso V, alínea “b”) e para os serviços em geral (art. 47, inciso II). Entretanto, para os serviços de engenharia, previstos nos art. 45 a 46, a lei é omissa quanto a este princípio, definindo, por outro lado, os seguintes regimes de execução:

Art. 46. Na execução indireta de obras e serviços de engenharia, são admitidos os seguintes regimes:

I - empreitada por preço unitário;

II - empreitada por preço global;

III - empreitada integral;

IV - contratação por tarefa;

V - contratação integrada;

VI - contratação semi-integrada;

VII - fornecimento e prestação de serviço associado.

9.2 - Por outro lado, a Súmula nº 247 TCU, dispõe:

“É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade.”

9.3 - Portanto, a regra a ser observada pela Administração nas licitações é pelo atendimento ao princípio do parcelamento do objeto, conforme disposto acima, mas é imprescindível que a divisão do objeto seja técnica e economicamente vantajosa e não represente perda de economia de escala (Súmula 247 do TCU). O órgão licitante poderá dividir a pretensão contratual em itens ou em lotes (grupo de itens), quando técnica e economicamente viável, visando maior competitividade, observada a quantidade mínima, o prazo e o local de entrega.

9.4 - Entretanto, quando estamos diante do serviço de engenharia, a própria escolha pelo regime de execução implicará no parcelamento ou não do objeto. Para tanto, há que se analisar a continuidade e qualidade dos serviços contratados, a um só tempo, de forma harmônica e equilibrada, na execução contratual.

9.5 - Na contratação em comento, a Divisão de Engenharia e Arquitetura optou pelo regime de empreitada total por preço unitário, através de um contrato único, permitindo o planejamento e gerenciamento centralizados em uma só empresa contratada, seguindo um cronograma físico-financeiro único, com apenas um responsável técnico, para que não haja falhas ou atrasos na execução das etapas e para que não haja dúvidas quanto à responsabilização da CONTRATADA por qualquer serviço executado em desacordo com as especificações técnicas. Outra vantagem do não parcelamento é a padronização dos procedimentos executivos do objeto contratado.

9.6 - O parcelamento da solução para o caso concreto também implicaria perda da economia de escala, uma vez que ensejaria um maior número de mobilização/desmobilização dos funcionários e equipamentos, maior custo para regularização das empresas diante dos órgãos reguladores, etc.

9.7 - Assim, após avaliação do escopo do objeto, não se observou nos serviços e equipamentos previstos a possibilidade de parcelamento do objeto, considerando a inviabilidade técnica e econômica de seu parcelamento, o melhor aproveitamento do mercado e a ampliação da competitividade.

X – DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

10.1 – Os resultados imediatos e diretos pretendidos com a reforma da sede da PRM Caruaru são:

- Aprimorar a infraestrutura do local, atendendo a novas exigências e melhorando a funcionalidade das instalações.

- Com a readequação das instalações de combate a incêndio, busca-se garantir a conformidade com as atuais normativas do Corpo de Bombeiros, promovendo maior segurança para os ocupantes do prédio.
- A modernização do sistema de CFTV, alinhada às novas diretrizes da DISOT, fortalecerá a segurança e o monitoramento das dependências.
- A renovação da impermeabilização da cobertura solucionará problemas de infiltração de água, evitando danos às estruturas internas.
- Além disso, a renovação da pintura das paredes internas e externas, bem como dos corrimãos, proporcionará um ambiente mais agradável e bem conservado.
- Por fim, as intervenções no auditório, janelas e instalações de gás garantirão maior funcionalidade e conforto para os usuários da sede da PRM Caruaru, consolidando a melhoria nas condições do espaço físico.

10.2 - Como resultado indireto, o serviço promoverá uma maior valorização do referido imóvel.

XI – PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

11.1 - Elaborar o orçamento detalhado e seus anexos de forma a subsidiar a contratação do objeto.

11.2 - Para consertar a impermeabilização da cobertura, deve haver contrato vigente de manutenção de ar-condicionado, para remoção das condensadoras da cobertura, e posterior reinstalação.

11.3 - Possível realocação temporária dos membros/servidores das salas que forem afetadas pela remoção temporária das condensadoras de ar-condicionado.

11.4 - Disponibilidade para custear vistorias quinzenais da equipe da DEA e vistorias eventuais por equipe da DISOT/CTIC, por se tratar de serviços que envolvem áreas de suas competências.

XII – CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES

12.1 - Possível necessidade de se contratar/comprar gás para a reposição do sistema de ar-condicionado, após reinstalar as condensadoras na cobertura.

XIII – IMPACTOS AMBIENTAIS

13.1 - Esse é um serviço de reforma de edifício. Os impactos ambientais são mínimos, devendo a empresa vencedora da licitação observar questões simples, como a utilização racional de água para lavagem de pincéis, rolos, recipientes e ferramentas e destinar para reciclagem os materiais e embalagens que possam ser reaproveitados após o uso.

13.2 - A remoção e o transporte de entulho gerado na reforma serão executados por empresas autorizadas para a coleta, transporte e destinação de resíduos da construção civil (RCC), observando a legislação sobre esse assunto.

XIV – VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

O presente estudo técnico preliminar evidenciou que a contratação de empresa especializada para a reforma da PRM Caruaru **é viável** do ponto de vista técnico e econômico, e contribuirá para o atingimento dos objetivos estratégicos do Ministério Público Federal, desde que sejam adotadas as premissas descritas neste documento.

Recife, 02 de abril de 2025.

MEMBROS DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO

FÁTIMA BATISTA DA COSTA SILVA
SETOR CONSULTIVO- DEA/PRPE

RUBINALDO CABRAL SARAIVA

SETOR DEMANDANTE/CA/PRPE

IZAHILTON MENDES GUIA JÚNIOR
DICGC/PRPE

MARCOS AMORIM DE MORAIS
CHEFE DEOF/PRPE

ALCIONE MARTINS DA SILVA
COORDENADORA DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO/PRPE

GRAZIELLE FRUTUOSO VILELA
CODAM/PRPE

APROVAÇÃO PELA AUTORIDADE COMPETENTE

APROVO O PRESENTE ETP E ESTABELEÇO O PRAZO DE 10 DIAS COMO LIMITE PARA CONFECCÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA PELA ÁREA DEMANDANTE, COM APOIO DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO (ART.27, IN Nº 05/2017/MPDG).

PATRÍCIA GONÇALVES ALMEIDA TESCH
SECRETÁRIA ESTADUAL/PRPE



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Assinatura/Certificação do documento **PR-PE-00022014/2025 ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR nº 15-2025**

.....
Signatário(a): **ALCIONE MARTINS DA SILVA**

Data e Hora: **02/04/2025 14:10:56**

Assinado com login e senha

.....
Signatário(a): **IZAHILTON MENDES GUIA JUNIOR**

Data e Hora: **02/04/2025 14:13:40**

Assinado com login e senha

.....
Signatário(a): **GRAZIELLE FRUTUOSO VILELA**

Data e Hora: **02/04/2025 15:04:57**

Assinado com login e senha

.....
Signatário(a): **FATIMA BATISTA DA COSTA SILVA**

Data e Hora: **02/04/2025 15:14:41**

Assinado com login e senha

.....
Signatário(a): **RUBINALDO CABRAL SARAIVA**

Data e Hora: **02/04/2025 15:26:11**

Assinado com login e senha

.....
Signatário(a): **MARCOS AMORIM DE MORAIS**

Data e Hora: **02/04/2025 15:48:13**

Assinado com login e senha

.....
Signatário(a): **PATRICIA GONCALVES ALMEIDA TESCH**

Data e Hora: **02/04/2025 19:05:31**

Assinado com login e senha

.....
Acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave e4d95e85.994fbd65.44e2e9c6.cf441fc9



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Registro de Arquivo Complementar

(Gerado automaticamente pelo sistema)

Expediente:

PR-PE-00022014/2025 - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR nº 15-2025

Complementar - ETP15-2025-Reforma.Caruaru(versaofinal).docx

Este arquivo complementar poderá ser acessado pelo link abaixo:

[ETP15-2025-Reforma.Caruaru\(versaofinal\).docx](#)

MAPA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS

I - DO OBJETO

Contratação de empresa especializada para prestação dos serviços de engenharia, sem aumento de área, a serem realizados na sede da Procuradoria da República no Município de Caruaru, almejando solucionar diversas demandas de natureza civil em algumas áreas do edifício e atualização do seu sistema de combate a incêndios.

II - DO OBJETIVO

O gerenciamento de riscos permite identificação dos principais riscos que possam comprometer a efetividade do Planejamento da Contratação, da Seleção do Fornecedor e da Gestão Contratual ou que impeçam o alcance dos resultados que atendam às necessidades da contratação.

III - DOS PARÂMETROS DE AVALIAÇÃO DOS RISCOS

1. Escala de Probabilidade:

Descritor	Descrição	Ocorrências	Nível
Muito Baixa	Evento extraordinário, sem histórico de ocorrência.	Até 5	1
Baixa	Evento casual e inesperado, sem histórico de ocorrência.	> 5 até 10	2
Média	Evento esperado, de frequência reduzida, e com histórico de ocorrência parcialmente conhecido.	> 10 até 15	3
Alta	Evento usual, com histórico de ocorrência amplamente conhecido.	> 15 até 20	4
Muito Alta	Evento repetitivo e constante.	> 20	5

2. Escala de Impacto:

Descritor	Descrição	Nível
Muito Baixo	Impacto insignificante nos objetivos.	1
Baixo	Impacto mínimo nos objetivos.	2
Médio	Impacto mediano nos objetivos, com possibilidade de recuperação.	3
Alto	Impacto significativo nos objetivos, com possibilidade remota de recuperação.	4
Muito Alto	Impacto máximo nos objetivos, sem possibilidade de recuperação.	5

3. Escala de Classificação de Risco

NÍVEL DE RISCO (= P X I)			
BAIXO	MÉDIO	ALTO	EXTREMO
1 – 2	3 – 6	8 – 12	15 – 25

NÍVEL DO RISCO	PRIORIZAÇÃO E TRATAMENTO DO RISCO
EXTREMO	Nível de risco muito além do apetite a risco. Qualquer risco nesse nível deve ter uma resposta imediata e ser constantemente monitorado.
ALTO	Nível de risco além do apetite a risco. Qualquer risco nesse nível deve ter uma ação tomada em período determinado e ser constantemente monitorado.
MÉDIO	Nível de risco dentro do apetite a risco. Geralmente nenhuma medida especial é necessária, porém requer atividades de monitoramento específicas e atenção da gerência na manutenção preventiva e de contingência para manter o risco nesse nível, ou reduzi-lo sem custos adicionais.
BAIXO	Nível de risco dentro do apetite a risco, onde há possíveis oportunidades de maior retorno que podem ser exploradas assumindo-se mais riscos, avaliando a relação custos x benefícios, se autorizado pelo Secretário da Unidade.

4. Matriz de Riscos

		PROBABILIDADE				
		(1) Muito Baixa	(2) Baixa	(3) Média	(4) Alta	(5) Muito Alta
	5 - Muito Alto	5	10 R07, R08	15	20	25
	4 - Alto	4	8 R02, R03, R05, R06	12	16	20
	3 - Médio	3	6 R01, R04	9	12	15
	2 - Baixo	2	4	6	8	10
	1 - Muito Baixo	1	2	3	4	5

IV - DA AVALIAÇÃO E TRATAMENTO DOS RISCOS IDENTIFICADOS

RISCO 01	Risco:	ATRASO NO PROCESSO ADMINISTRATIVO DE CONTRATAÇÃO.	
	Probabilidade:	Baixa (2)	
	Impacto:	Média (3)	
	Possíveis Causas:	Falha nos processos de planejamento da contratação; falta do apoio técnico do órgão nas especificações do objeto; falha na comunicação entre os setores da unidade; falta de capacitação para os servidores envolvidos.	
	Dano 1:	Atraso no início da execução do contrato.	
	Dano 2:	Demora na disponibilização da solução para a PRM Caruaru, comprometendo a continuidade dos serviços públicos, além de ocasionar prejuízo ou a segurança de pessoas, equipamentos e outros bens patrimoniais.	
	Tratamento:	Mitigar (diminuir a probabilidade de ocorrência e reduzir os impactos decorrentes).	
	Id	Ação Preventiva	Responsável
	1	Elaborar e seguir rigorosamente o Calendário Anual de Contratações.	Equipe de Planejamento da Contratação
	2	Celeridade e eficiência na elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares e do Termo de Referência, que permitam uma contratação com critérios objetivos.	Equipe de planejamento da contratação / Setor Demandante / Área técnica
RISCO 02	3	Capacitação dos servidores envolvidos a contratação.	Autoridade Competente do Órgão
	4	Manter uma comunicação ativa entre os componentes da equipe de planejamento e realizar reuniões periódicas para resolver as demandas envolvidas.	CODAM
	Id	Ação de Contingência	Responsável
	1	Alocação integral da Equipe de Planejamento da Contratação na condução do processo de aquisição.	Equipe de Planejamento da Contratação
	2	Celeridade na contratação e no processo de homologação.	SLDE/ASSJUR
	3	Verificar a possibilidade de prorrogação excepcional do atual contrato.	Gestor do Contrato
	Risco:	FALHA NA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA (O OBJETO NÃO É CLARAMENTE DEFINIDO) OU NO PROJETO BÁSICO	
	Possíveis causas:	Falta de conhecimento do objeto; Falta do apoio técnico do órgão nas especificações do objeto; falta de capacitação para os servidores envolvidos.	
	Probabilidade:	Baixa (2)	
	Impacto:	Alto (4)	
	Dano 1:	O objeto contratado não atenderá a todas as demandas da unidade, acarretando a insatisfação dos usuários e prejuízos ao órgão.	
	Dano 2:	Licitação/Disputa fracassada ou deserta, acarretando desperdício de recursos (pessoal, financeiro, etc.)	
	Dano 3:	Elaboração de edital inadequado gerando recursos ou impugnação quando da sua publicação.	
	Tratamento:	Mitigar (diminuir a probabilidade de ocorrência e reduzir os impactos decorrentes)	
	Id	Ação Preventiva	Responsável
	1	Participação da área demandante/equipe de apoio especializada durante o processo de definição dos requisitos da contratação.	Equipe de Planejamento da Contratação
	2	Descrição clara e objetiva do objeto da contratação.	Setor Demandante
	3	Capacitação dos servidores envolvidos a contratação.	Autoridade Competente do Órgão
	Id	Ação de Contingência	Responsável
	1	Cancelar a contratação e reelaborar Termo de Referência (TR).	Autoridade Competente do Órgão / Setor Demandante
RISCO 03	Risco:	FALHA NA PESQUISA DE MERCADO (PREÇO INEXEQUÍVEL OU SUPERESTIMADO).	
	Probabilidade:	Baixa (2)	
	Impacto:	Alto (4)	
	Possíveis Causas:	Utilização de parâmetro e metodologia inadequado no levantamento da pesquisa de mercado, bem como a utilização de amostras de tamanho insuficiente para refletir a realidade do mercado.	
	Dano 1:	Prejuízos ao erário, levando a contratações superfaturadas	

	Dano 2:	Frustração da licitação/disputa, gerando gastos processuais elevados e atraso no início da execução do objeto.	
	Tratamento:	Mitigar (diminuir a probabilidade de ocorrência e reduzir os impactos decorrentes)	
	Id	Ação Preventiva	Responsável
	1	Para formação dos preços de referência utilizar o Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – SINAPI	Equipe de Planejamento da Contratação / Área técnica
	2	Capacitação dos servidores envolvidos a contratação.	Autoridade Competente do Órgão
	Id	Ação de Contingência	Responsável
	1	No caso de preço elevado, deve o Agente da Contratação negociar a redução dos valores propostos, tendo como parâmetro os valores do contrato atual.	SLDE
	2	Cancelamento da contratação para reelaboração da pesquisa de preço.	Autoridade Competente do Órgão / Área técnica

RISCO 04	Risco:	BAIXO NÚMERO DE EMPRESAS PARTICIPANDO DO CERTAME.	
	Probabilidade:	Baixa (2)	
	Impacto:	Médio (3)	
	Possíveis Causas:	Número reduzido de empresas habilitadas na região; Não é dada ampla publicidade ao edital; Excessivo número de critérios de habilitação, incompatíveis com o mercado.	
	Dano 1:	Licitação deserta e/ou fracassada e atraso no início da prestação dos serviços.	
	Tratamento:	Mitigar (diminuir a probabilidade de ocorrência e reduzir os impactos decorrentes).	
	Id	Ação Preventiva	Responsável
	1	Definição dos critérios de habilitação em consonância com as exigências do mercado, realizando pesquisa de mercado na fase do ETP.	Equipe de planejamento da contratação / Área técnica
	2	Especificar o serviço de forma concisa e coerente com o que o mercado pode oferecer.	Setor Demandante / Área Técnica
	3	Iniciar o processo de contratação com antecedência, considerando o prazo para repetição da licitação, caso esta venha a ser fracassada.	CODAM
	4	Dar ampla publicidade ao edital.	SLDE
	Id	Ação de Contingência	Responsável
	1	Em caso de certame deserto ou fracassado, repetir a licitação alterando os critérios de habilitação ou qualquer outro que tenha dado causa a frustração do certame, como por exemplo a exclusividade para empresas MEs/EPPs.	Equipe de planejamento da contratação / Setor Demandante / Área técnica
	2	Verificar a possibilidade de prorrogação excepcional do atual contrato.	Gestor do Contrato

RISCO 05	Risco:	FALHA NA SELEÇÃO DE FORNECEDORES NO QUE DIZ RESPEITO A ANÁLISE DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.	
	Probabilidade:	Baixa (2)	
	Impacto:	Alto (4)	
	Possíveis Causas:	Falhas na descrição do objeto / serviços; Insuficiência dos critérios de habilitação; Falha do Agente da Contratação/Pregoeiro	
	Dano 1:	Insucesso nos resultados pretendidos, podendo gerar prejuízos ao órgão.	
	Dano 2:	Atraso na contratação.	
	Tratamento:	Mitigar (diminuir a probabilidade de ocorrência e reduzir os impactos decorrentes).	
	Id	Ação Preventiva	Responsável
	1	Definição dos critérios de habilitação em consonância com a solução mais adequada, de acordo com a pesquisa de mercado, inclusive com exigência de atestado de capacidade técnica.	Equipe de planejamento da contratação / Setor Demandante / Área Técnica
	2	Especificar o serviço de forma concisa e coerente com o que o mercado pode oferecer.	Setor Demandante / Área Técnica
	3	Inclusão da área técnica / Demandante na equipe de planejamento da contratação.	Autoridade Competente do Órgão
	4	Análise minuciosa da documentação de habilitação, fazendo uso de lista de verificação, principalmente quanto à qualificação técnico-operacional do licitante, inclusive por meio de diligência, caso se mostre necessário, para verificar a autenticidade dos documentos enviados e a comprovação de que atendem aos requisitos do edital.	SLDE Setor Demandante/Área Técnica
	5	Capacitação dos servidores envolvidos a contratação.	Autoridade Competente do Órgão

	Id	Ação de Contingência	Responsável
	1	Planejar nova contratação eliminando as possíveis falhas, para substituir o serviço contratado.	CODAM

RISCO 06	Risco:	RECUSA DA EMPRESA CONTRATADA A ASSINAR O CONTRATO	
	Probabilidade:	Baixa (2)	
	Impacto:	Alto (4)	
	Possíveis Causas:	Insuficiência dos critérios de habilitação	
	Dano 1:	Atraso na contratação dos serviços, podendo gerar prejuízos ao órgão.	
	Tratamento:	Mitigar (diminuir a probabilidade de ocorrência e reduzir os impactos decorrentes).	
	Id	Ação Preventiva	Responsável
	1	Verificação na fase de habilitação do certame que o fornecedor reúne todos os requisitos habilitatórios exigidos em edital.	Autoridade Competente do Órgão
	Id	Ação de Contingência	Responsável
	1	- Definir punição no edital para empresa adjudicada que não assinar o contrato dentro do prazo estipulado. - Reabertura do certame e volta de fases na licitação para convocação do fornecedor mais bem classificado.	CODAM / DICGC

RISCO 07	Risco:	INCAPACIDADE TOTAL OU PARCIAL DA EMPRESA EM ENTREGAR O OBJETO	
	Probabilidade:	Média (2)	
	Impacto:	Muito Alto (5)	
	Possíveis Causas:	Insuficiência dos critérios de habilitação	
	Dano 1:	Insucesso nos resultados pretendidos, podendo gerar prejuízos ao órgão.	
	Tratamento:	Mitigar (diminuir a probabilidade de ocorrência e reduzir os impactos decorrentes).	
	Id	Ação Preventiva	Responsável
	1	Exigir requisitos habilitatórios relativos à qualificação econômica – financeira, bem como a garantia contratual.	Equipe de planejamento da contratação / Área Técnica
	Id	Ação de Contingência	Responsável
	1	Planejar nova contratação eliminando as possíveis falhas, para substituir o serviço contratado.	CODAM

RISCO 08	Risco:	FALHAS NA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO.	
	Probabilidade:	Baixa (2)	
	Impacto:	Muito Alto (5)	
	Possíveis Causas:	Falta de treinamento para os servidores, na área de gestão e fiscalização de contratos; número insuficiente de servidores trabalhando na área administrativa do órgão.	
	Dano 1:	Descumprimento das cláusulas contratuais que possam comprometer os objetivos da contratação e trazer prejuízos irreparáveis ao órgão; descontinuidade do contrato.	
	Tratamento:	Mitigar (diminuir a probabilidade de ocorrência e reduzir os impactos decorrentes).	
	Id	Ação Preventiva	Responsável
	1	Realizar ou disponibilizar eventos de capacitação periodicamente para os servidores envolvidos na gestão e fiscalização de contratos.	Alta Administração / CGP
	2	Realizar Gestão por Competências, alocando, para cada cargo, os servidores que disponham das competências e aptidões necessárias para tanto.	Alta Administração / CGP
	3	Designar, sempre que possível, servidor da área técnica/demandante, para atuar na fiscalização do contrato.	CODAM
	4	Elaborar, sempre que possível, listas de verificação para auxílio dos fiscais nos contratos mais complexos.	Setor demandante
	Id	Ação de Contingência	Responsável
	1	Substituição do fiscal do contrato.	CODAM
	2	Caso seja verificado descumprimento a alguma cláusula contratual, deve-se aplicar as devidas penalidades e/ou glosas, caso necessário.	DICGC
	3	Em caso de interrupção dos contratos de serviços contínuos, realizar contratações emergenciais.	DICGC / SLDE

V - DA CLASSIFICAÇÃO DOS RISCOS IDENTIFICADOS

Id	Risco	Relacionado ao(à):	P	I	Nível de Risco (P x I)
R01	Falha na análise da necessidade e no levantamento das soluções de mercado disponíveis	Planejamento da Contratação	2	3	6
R02	Falha na elaboração do termo de referência (o objeto não é claramente definido).	Planejamento da Contratação	2	4	8
R03	Falha na pesquisa de mercado (preço inexequível ou superestimado).	Planejamento da Contratação	2	4	8
R04	Atraso no processo administrativo de contratação.	Planejamento da Contratação	2	3	6
R05	Baixo número de empresas participando do certame.	Seleção do Fornecedor	2	4	8
R06	Falha na seleção de fornecedores no que diz respeito a análise da proposta, dos documentos de habilitação e dos recursos.	Seleção do Fornecedor	2	4	8
R07	Incapacidade total ou parcial da empresa em entregar o objeto (contratação de empresa não especializada).	Gestão Contratual	2	5	10
R08	Falhas na fiscalização e gestão do contrato.	Gestão Contratual	2	5	10

VI – DA MATRIZ DOS RISCOS IDENTIFICADOS

		PROBABILIDADE				
		(1) Muito Baixa	(2) Baixa	(3) Média	(4) Alta	(5) Muito Alta
IMPACTO	5 - Muito Alto	5	10 R07 / R08	15	20	25
	4 - Alto	4	8 R02 / R03 R05 / R06	12	16	20
	3 - Médio	3	6 R01 / R04	9	12	15
	2 - Baixo	2	4	6	8	10
	1 - Muito Baixo	1	2	3	4	5

VII – DA CONCLUSÃO E DAS AÇÕES PREVENTIVAS

De acordo com a Matriz de Riscos, verificamos que os riscos 02, 03, 05, 06, 07 e 08 classificam-se como de ALTO RISCO, estando acima do apetite de risco da PRPE, pois, apesar da baixa probabilidade de ocorrência, os impactos para os objetivos da contratação são de difícil recuperação, caso venham a ocorrer no caso concreto. Conhecidos estes riscos, todos os setores envolvidos com a contratação devem se comprometer com as ações preventivas determinadas neste documento e monitorar as hipóteses de ocorrência, estando atentos para a necessidade de se implementar as ações de contingência.

Cumprir informar que as ações preventivas relativas à fase de Planejamento das Contratações já foram tomadas, conforme pode ser acompanhado através do Estudo Técnico Preliminar. As ações preventivas pertinentes aos riscos envolvidos na fase de seleção do fornecedor e gestão contratual serão implementadas no tempo oportuno. É importante ressaltar ainda que o controle administrativo deve ocorrer durante todas as fases da contratação, de modo que o Mapa de Riscos pode ser alterado à medida que as etapas avançam.

Segue abaixo a referência temporal para a implementação de cada ação preventiva determinada para os riscos classificados como ALTO ou EXTREMO:

RISCO 02: Falha na elaboração do termo de referência (o objeto não é claramente definido).

	AÇÃO PREVENTIVA	PERÍODO DETERMINADO
1	Participação da área demandante durante o processo de definição dos requisitos da contratação.	Fase de planejamento - ok
2	Descrição clara e objetiva do objeto da contratação.	Fase de planejamento - ok
3	Capacitação dos servidores envolvidos na contratação.	Os servidores envolvidos possuem cursos atualizados na área ¹ .

RISCO 03: Falha na pesquisa de mercado (preço inexecutável ou superestimado).

	AÇÃO PREVENTIVA	PERÍODO DETERMINADO
1	Realizar ampla pesquisa de preço obedecendo à norma específica para tal fim, bem como o tratamento da amostra no sentido de excluir os valores discrepantes (excessivamente elevados ou inexecutáveis) a fim de torná-la homogênea.	Fase de planejamento - ok
2	Verificar quais os instrumentos necessários para realizar a pesquisa de preço.	Fase de planejamento - ok
3	Considerar custos com frete e instalação quando for o caso.	Fase de planejamento - ok

RISCO 05: Falha na seleção de fornecedores no que diz respeito a análise da proposta, dos documentos de habilitação e dos recursos.

	AÇÃO PREVENTIVA	PERÍODO DETERMINADO
1	Definição dos critérios de habilitação em consonância com a solução mais adequada, de acordo com a pesquisa de mercado, inclusive com exigência de atestado de capacidade técnica.	Fase de planejamento - ok
2	Especificar o serviço de forma concisa e coerente com o que o mercado pode oferecer.	Fase de planejamento - ok
3	Inclusão da área técnica / Demandante na equipe de planejamento da contratação.	Fase de planejamento - ok
4	Análise minuciosa da documentação de habilitação, fazendo uso de lista de verificação, principalmente quanto à qualificação técnico-operacional do licitante, inclusive por meio de diligência, caso se mostre necessário, para verificar a autenticidade dos documentos enviados e a comprovação de que atendem aos requisitos do edital.	Fase de seleção do fornecedor – Fase externa da Disputa.

5	Análise minuciosa das propostas, solicitando catálogo/ficha técnica do produto, e realizando conferência das especificações no site dos fabricantes ou por meio de diligência, quando houver dúvidas.	Fase de seleção do fornecedor – Fase externa da Disputa.
6	Solicitar amostras, sempre que pertinente e necessário.	Fase de seleção do fornecedor – Fase externa da Disputa.
7	Capacitação dos servidores envolvidos na contratação.	Os servidores envolvidos possuem cursos atualizados na área ¹ .

RISCO 06: RECUSA DA EMPRESA CONTRATADA A ASSINAR O CONTRATO.

	AÇÃO PREVENTIVA	PERÍODO DETERMINADO
1	Verificação na fase de habilitação do certame que o fornecedor reúne todos os requisitos habilitatórios exigidos em edital.	Fase de habilitação

RISCO 07: Incapacidade total ou parcial da empresa em entregar o objeto (contratação de empresa não especializada).

	AÇÃO PREVENTIVA	PERÍODO DETERMINADO
1	Definição dos critérios de habilitação em consonância com a solução mais adequada, de acordo com a pesquisa de mercado, inclusive com exigência de atestado de capacidade técnica.	Fase de planejamento - ok
2	Especificar o serviço de forma concisa e coerente com o que o mercado pode oferecer.	Fase de planejamento - ok
3	Inclusão da área técnica / Demandante na equipe de planejamento da contratação.	Fase de planejamento - ok
4	Análise minuciosa da documentação de habilitação, fazendo uso de lista de verificação, principalmente quanto à qualificação técnico-operacional do licitante, inclusive por meio de diligência, caso se mostre necessário, para verificar a autenticidade dos documentos enviados e a comprovação de que atendem aos requisitos do edital.	Seleção do fornecedor – Fase externa da Disputa.

RISCO 08: Falhas na fiscalização e gestão do contrato.

	AÇÃO PREVENTIVA	PERÍODO DETERMINADO
1	Realizar Gestão por Competências, alocando, para cada cargo, os servidores que disponham das competências e aptidões necessárias para tanto.	De acordo com o plano de capacitação anual da PRPE.
2	Designar, sempre que possível, servidor da área técnica/demandante, para atuar na fiscalização do contrato.	Fase de planejamento - ok
3	Elaborar, sempre que possível, listas de verificação para auxílio dos fiscais nos contratos mais complexos.	Fiscalização do Contrato – Fase da gestão contratual.
4	Capacitação dos servidores envolvidos na contratação.	Os servidores envolvidos possuem cursos atualizados na área ¹ .

¹Os gestores de cada setor devem buscar atualização constante para a sua equipe, na área de sua atuação, para conhecimento das alterações na legislação, jurisprudência e da melhor doutrina.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Registro de Arquivo Complementar

(Gerado automaticamente pelo sistema)

Expediente:

PR-PE-00022014/2025 - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR nº 15-2025

Complementar - MapadeRiscos-Reforma.CARUARU(versao1).doc

Este arquivo complementar poderá ser acessado pelo link abaixo:

[MapadeRiscos-Reforma.CARUARU\(versao1\).doc](#)